



DAS MARGENS DE UM RIO A UMA CIDADE SEM 'MARGENS': O DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO DOS MORADORES DA VILA PARA O ESPAÇO URBANO DE PALMAS (TO)

**FROM THE SHORES OF A RIVER TO A CITY WITHOUT 'MARGINS': THE COMPULSORY
MOVEMENT OF VILLAGE RESIDENTS TO THE URBAN SPACE OF PALMAS (TOCANTINS,
BRAZIL)**

**DE LAS ORILLAS DE UN RÍO A UNA CIUDAD SIN "MÁRGENES": EL MOVIMIENTO
OBLIGATORIO DE LOS PUEBLOS AL ESPACIO URBANO DE PALMAS (TOCANTINS,
BRASIL)**

Pracidina Chaves Moura - PPGG- UFT Porto Nacional – Tocantins – Brasil
pramoura@yahoo.com.br

Elizeu Ribeiro Lira- PPGG - UFT Porto Nacional – Tocantins – Brasil
liraelizeu@uft.edu.br

RESUMO

Este artigo tem como temática os moradores da antiga Vila Canela, que antes da construção do reservatório da usina hidrelétrica de Lajeado, em 2001, viviam à margem direita do Rio Tocantins, e que, atualmente, na condição de reassentados na zona urbana de Palmas (quadra 508 do Plano Diretor Norte), tentam reconstruir um novo cotidiano em harmonia com o modo de vida das comunidades tradicionais e a preservação de características identitárias de comunidade ribeirinha, agora sobrevivendo em um espaço urbano sem margens. O objetivo que aqui se estabelece é o de investigar como está atualmente à situação desses moradores após o deslocamento e reassentamento no espaço urbano de Palmas (TO). A abordagem da pesquisa é qualitativa, sendo utilizadas as narrativas dos sujeitos envolvidos no processo e análise bibliográfica como técnicas de pesquisa. Os resultados apontam insatisfação com o novo modo de vida, ausência de confiança no amanhã e principalmente, apontam o quão complexo e marcante são os impactos advindos dos grandes empreendimentos e das demandas oriundas em nome do progresso.

Palavras chave: Povoado Canela; Comunidade Ribeirinha; Desterritorialização.

ABSTRACT

This article focuses on the residents of the old Canela village, who, before the construction of the reservoir for the Lajeado hydroelectric plant, in 2001, lived on the right bank of the Tocantins River, and who are currently resettled in the urban area of Palmas (block 508 of the North Master Plan), try to rebuild a new daily life in harmony with the way of life of traditional communities and the preservation of identity characteristics of the riverside community, now surviving in an urban space without margins. The objective established here is to investigate the current situation of these residents after displacement and resettlement in the urban space of Palmas (Tocantins, Brazil). The research approach is

qualitative, using the narratives of the subjects involved in the process and bibliographical analysis as research techniques. The results point to dissatisfaction with the new way of life, lack of confidence in tomorrow and, above all, point out how complex and striking are the impacts arising from large enterprises and the demands arising in the name of progress.

Key words: Canela Village; Riverside community; Deterritorialization.

RESUMEN

Este artículo se centra en los habitantes de la antigua aldea de Canela, quienes antes de la construcción del embalse de la central hidroeléctrica Lajeado, en 2001, vivían en la margen derecha del río Tocantins, y que actualmente se encuentran reasentados en el área urbana de Palmas (manzana 508 del Plan Maestro Norte), intenta reconstruir una nueva vida cotidiana en armonía con la forma de vida de las comunidades tradicionales y la preservación de características identitarias de la comunidad ribereña, que ahora sobrevive en un espacio urbano sin márgenes. El objetivo aquí planteado es investigar la situación actual de estos residentes tras el desplazamiento y reasentamiento en el espacio urbano de Palmas (Tocantins, Brasil). El enfoque de investigación es cualitativo, utilizando como técnicas de investigación las narrativas de los sujetos involucrados en el proceso y el análisis bibliográfico. Los resultados señalan la insatisfacción con el nuevo modo de vida, la falta de confianza en el mañana y, sobre todo, señalan cuán complejos y sorprendentes son los impactos que surgen de las grandes empresas y las demandas que surgen en nombre del progreso.

Palabras clave: Pueblo de Canela; Comunidad ribereña; Desterritorialización.

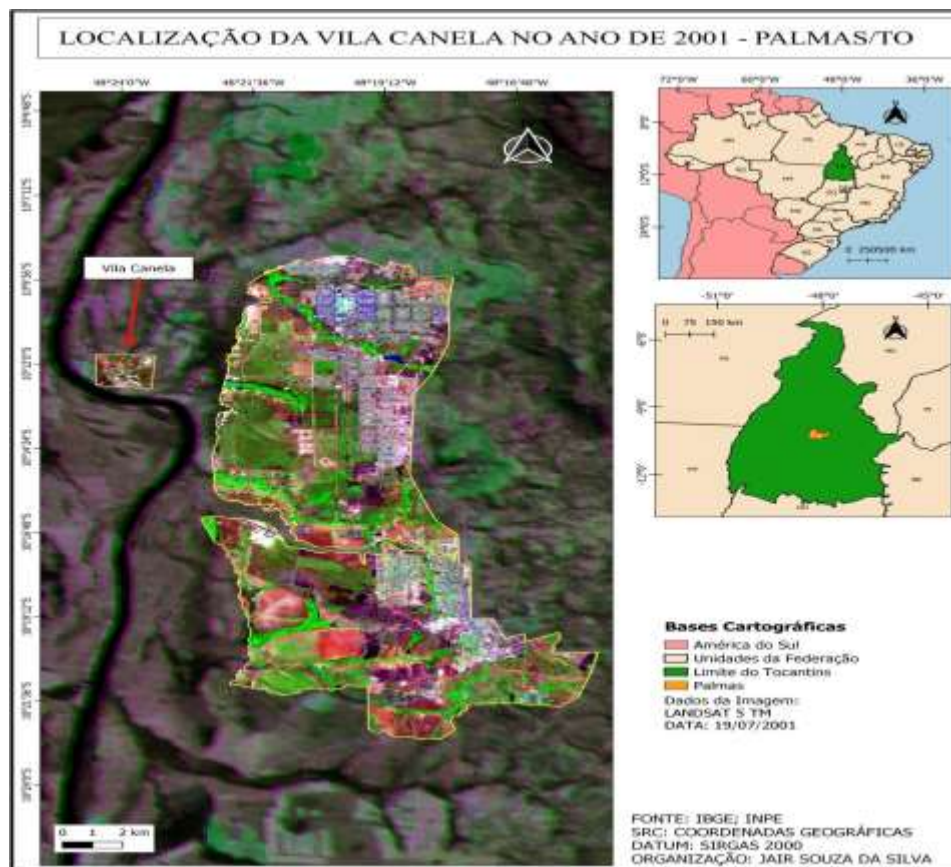
INTRODUÇÃO

A construção deste artigo baseia-se em reflexões produzidas a partir de trabalhos de campo realizados com moradores da Vila Canela (Palmas, TO), dos quais depreendeu-se a ocorrência de um evento marcante para a população: seu deslocamento e reassentamento no espaço urbano de Palmas-TO, em detrimento da construção da Usina Hidroelétrica Luís Eduardo Magalhães. Tal empreendimento inundou por completamente suas terras obrigando-os a recomeçar a vida em Palmas. Busca-se, aqui, investigar como se dispõe, atualmente, a situação dos antigos moradores do povoado Canela. Segue, abaixo, um mapa da cidade de Palmas (Mapa 1), atual capital do estado do Tocantins, em que se localiza a Vila Canela

Para tanto, perceber a natureza da transformação na vida do povoado, é preciso ter em conta o processo de organização, territorialização e reorganização social do novo povoado, compreendendo, assim, o processo de desterritorialização desses moradores. A territorialização de Canela está atrelada à conjuntura da formação do Estado do

Tocantins, mais precisamente, da capital Palmas, uma vez que a história de uma cidade se produz através do urbano que ela incorpora ou deixa de incorporar.

Figura 1 – Localização da Vila Canela.



Org. os autores, 2023

Desse modo, a incorporação de Canela (e outros povoados), delimita a fundação de Palmas que, desde seus primórdios, conta com a construção de uma usina hidrelétrica e, por conseguinte, a formação de um lago que traria uma mudança radical na vida dos habitantes das comunidades ali localizadas (SANTOS, 1998).

Nessa perspectiva, o conceito de 'território' – tratado por Medeiros (2009) como um espaço que abriga identidade ou mesmo um espaço de identificação, por ser um espaço socialmente construído, caracterizado por suas origens históricas, culturais, técnicas e político-econômicas e, portanto, um lugar de ritos, expressão de valores e crenças – está intimamente ligado à relocação da comunidade ribeirinha Canela de suas

terras, em 2001, para o espaço urbano de Palmas, uma vez que o deslocamento envolve alteração na estrutura social do povoado, sendo preciso, portanto, levar em conta, para análise, o contexto cultural, social, político, histórico e geográfico no qual o povoado se inseria e se insere hoje.

Assim, por meio das narrativas dos sujeitos envolvidos no processo, coletadas no trabalho de campo realizado no povoado, em somatória aos conceitos geográficos estipulados para a análise desses relatos, estruturou-se um estudo em quatro partes. A primeira traz aspectos teóricos, relacionados às concepções de territorialização, desterritorialização e reterritorialização na perspectiva geográfica – noções imprescindíveis para o entendimento da complexidade do processo realocação territorial dessa comunidade e a dimensão política que favorece a permanência, a existência e a sobrevivência desse povo em uma cidade que cresce vertiginosamente.

A segunda parte apresenta relações entre processos de história e processos socioculturais (tradição, cultura e religião e organização social). A terceira parte aborda os aspectos metodológicos e a caracterização dos sujeitos da pesquisa. A quarta parte traz considerações sobre a situação dos moradores do antigo povoado Canela e a sua atual condição de reassentados no espaço urbano de Palmas. E por fim, serão realizadas algumas reflexões, na seção de Considerações Finais, sobre a análise realizada

Vale ainda acrescentar que esta análise se justifica pelo fato que a desterritorialização do povoado Canela, por ser uma comunidade ribeirinha que foi realocada para um espaço urbano, permite que sejam observadas as características desses processos em outras comunidades, mesmo que por meio de diferenças, construindo-se, assim, uma leitura de sociedade e suas transformações. A seguir, será discorrido acerca dos conceitos de território, desterritorialização e reterritorialização, processos que operaram entre os moradores de Canela dentro do espaço Tocantinense.

TERRITORIALIZAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM NECESSÁRIA

Um dos primeiros autores a empreender o conceito de território foi Claude Raffestin (1993), cuja obra acerca do caráter político do território e compreensão sobre

o conceito de espaço geográfico entende o espaço geográfico como substrato, um palco, preexistente ao território:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator territorializa o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

A princípio, o termo 'território' se apresenta como sendo lugar ou sistemas em que se vive e se trabalha na relação com outro (RAFFESTIN, 1993). De acordo com Saquet (2007), o território é um compartimento do espaço através de sua diversificação e organização e tem duas funções principais: servir de abrigo, como forma de segurança e servir como trampolim para oportunidades, daí a sua relação direta com o poder e a dominação, nesse sentido, o território assume significados distintos para diferentes sociedades ou grupos sociais dominantes.

Território é natureza e sociedade: não há separação: é economia, política e cultura; edificação e relações sociais; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental, etc. Em outras palavras, o território significa heterogeneidade e *traços comuns*, apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica e transescalar; com múltiplas variáveis, determinações, relações e unidade. É espaço de moradia, de produção de serviços, de mobilidade, de desorganização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente). O território é processual e relacional, (i)material, com diversidade e unidade, concomitantemente (SAQUET, 2010, p. 83).

A despeito da territorialização, entende-se como sendo a forma de como se materializa o território, bem como a manifestação das pessoas, a especialização de qualquer segmento da sociedade como, por exemplo, a produção econômica de um determinado produto. Em termos gerais, o conceito refere-se ao processo pelo qual se traz os diferentes elementos do seu território de origem juntos e percebidos como um todo (LIMA; YASUI, 2014). A territorialização refere-se a projetos territoriais específicos em que vários atores desenvolvem estratégias territoriais (territorialidade) para produzir espaços delimitados e controlados (território) para alcançar determinados efeitos.

Um objetivo comum da territorialização é governar pessoas e recursos localizados dentro e ao redor do território. O controle pode ser coercivo, como no

despejo forçado de pessoas de terras ancestrais. Teixeira e Andrade (2010) enfatizam que a territorialização também ocorre indiretamente, por meio da prescrição e proibição de certas atividades que afetam o acesso, controle e gerenciamento de recursos. Essa reconfiguração socioespacial é tipicamente alcançada com o estabelecimento de novas leis, regulamentos e autoridades que alteram as relações humano-ambientais.

O processo também é caracterizado pela implantação de discursos de desenvolvimento de ambiente, que muitas vezes retratam os atores estatais como administradores esclarecidos dos recursos naturais, capazes de abordar os problemas de meio ambiente e desenvolvimento de maneira responsável e sustentável. Os usuários de recursos, por outro lado, são tipicamente descritos pelos atores estatais como destrutivos, ineficientes e ignorantes, que precisam ser reorganizados e disciplinados por meio de novos arranjos socioespaciais engendrados pelo estado. Novas subjetividades e colaborações, bem como movimentos de resistência podem emergir dentro desse processo de remodelagem do ambiente (TEIXEIRA, ANDARADE, 2010).

Assim, as noções de território e territorialização estão atrelados aos de desterritorialização e reterritorialização. Considerando que, no entendimento de Haesbaert (2011), “[...] o território é um ato, uma ação, uma relação, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle” (HAESBAERT, 2011), todo território pode se transformar-se em um novo, desterritorializando-se, abrindo-se para outras possibilidades, reterritorializando-se a partir de novas formações, elementos e combinações de um povo. Esses são processos importantes para a compreensão da mudança social. A desterritorialização pode ser seguida pela reterritorialização, a formação de novas combinações dos elementos que compõem o território original. As direções em que esses movimentos tendem a ser “linhas de fuga” levando a “produções desejantes” (GARLET; ASSIS, 2009).

A desterritorialização é um processo de mudança implícito nas possibilidades de um território. Implica uma interação contínua entre diferentes elementos dentro do território, uma interação que pode levar ao desequilíbrio, provocando movimento e mudança. Está, assim, ligada à fragilidade das fronteiras, especialmente das fronteiras

estatais – o território, sendo aí, sobretudo um território político (HAESBAERT 2009). Haesbaert (2008) acrescenta, ainda, a desterritorialização fala da perda da relação “natural” entre a cultura e o social e os territórios geográficos.

Nessa mesma linha de pensamento, Garlet e Assis (2009) descrevem a desterritorialização como uma profunda transformação do vínculo entre nossas experiências culturais cotidianas e nossa configuração como preferencialmente local seres. Ela torna-se, portanto, uma condição cultural geral da qual deriva da disseminação da modernidade global, cuja implicação existencial afeta mais pessoas do que nunca, transformando profundamente suas vidas cotidianas (HAESBAERT; BRUCE, 2002). Por ser um processo linear ou unívoco, o conceito insere-se no caráter dialético da globalização, pois provoca mecanismos contrários e reflexivos de reterritorialização. Isso está expresso na busca ansiosa pela diversidade cultural, pelo particularismo, para o reforço do local, que ainda recorre à desterritorialização e meios de comunicação.

O caráter ambíguo ou ambivalente da desterritorialização não deve ser esquecido, pois, ao mesmo tempo que gera benefícios, também produz custos evidentes como sentimentos de vulnerabilidade existencial ou de desenraizamento cultural, especialmente se considerar que os indivíduos têm laços com uma localidade, e essa localidade continua sendo importante para eles. Como consequência, a desterritorialização não significa o fim da localidade, mas sim, sua transformação em um espaço cultural mais complexo, caracterizado por manifestações, tendências ou efeitos culturais variados.

As manifestações de desterritorialização cultural são basicamente duas: cultural homogeneização e heterogeneização cultural, que são apenas as expressões culturais do que Haesbaert (2002) chama de universalização do particularismo e a particularização do universalismo (HAESBAERT, 2002). Isso significa dizer que o particular pode ser universalizado ou projetado para um nível global e que o universal pode ser particularizado e enraizado com o local.

A partir dos conceitos aqui expostos, e considerando que o contexto cultural, social, político, histórico e geográfico no qual um povoado se insere está vinculado à noção de território, diz acerca de sua reterritorialização, e que a reterritorialização

acarreta alteração nessas estruturas, será apresentado, a seguir alguns aspectos relativos à formação do povoado Canela, como se situaram ou se situam no espaço geográfico e o deslocamento por eles sofridos

ASPECTOS HISTÓRICO-CULTURAL DA VILA CANELA

O surgimento do povoado Canela data do século XIX, na década de 1950, com a chegada dos primeiros habitantes, ou seja, com a chegada da família Batista, o senhor Olímpio Batista de Araújo e a senhora Maria de Albuquerque, os responsáveis pela fundação do povoado em terras que ainda pertenciam ao norte goiano, as quais posteriormente vieram a pertencer ao Estado do Tocantins (PARRIÃO, 2011). Em anos posteriores à chegada desses primeiros habitantes, a população cresceu com a chegada das famílias Lima e Santana. Em consequência do casamento entre parentes, os poucos moradores viram sua população aumentada. Assim, a comunidade era formada em sua maioria por membros que possuíam algum laço familiar (PARRIÃO, 2011).

No início, a referida comunidade integrava o município de Porto Nacional (TO), para qual os moradores viajavam sempre que precisavam buscar suprimentos básicos necessários para sua subsistência (SCHULZ, 2016). Era através do Rio Tocantins que essas viagens eram realizadas, levando cerca de dois dias para completar percurso. Em 1989, o povoado passou a integrar o município de Taquaruçu (TO) e, no ano seguinte, passou a fazer parte do município de Palmas, do qual se tornou um distrito (SANTOS, 2015).

De acordo com Souza (2001) o povoado Canela mantinha um estreito laço com o rio Tocantins, sendo este a seu alicerce de sustentação (SOUZA, 2001). O rio irrigava suas roças e hortas, servia para pesca e como via de transporte principal, até os anos 1960, quando foram construídas as primeiras estradas, o que permitiu aos habitantes do povoado deslocarem-se mais facilmente as cidades vizinhas como Porto Nacional e Tocantínia (TO). Assim, por conta dessa estreita relação, formou-se a identidade ribeirinha da comunidade Canela.

Historicamente, o dia-a-dia da comunidade Canela, quando suas terras ainda pertenciam ao norte goiano, resumia-se em atividades muito simples, tais como:

lavagem de roupas no rio ou em algum dos riachos mais próximos às propriedades, preparar a alimentação da família, pescar e cultivar hortas e pomares, cuidar das criações de galinhas, porcos, patos e gados (SCHULZ, 2016). Essas atividades expressam a perfeita harmonia que existia entre a comunidade e a natureza, os quais se sentiam prazerosamente satisfeitos com a realização diária de tais atividades.

Assim, nesse vínculo entre a comunidade e a natureza, o povoado Canela era frequentemente lugar de referência da parentela que nele habitava. Com efeito, as relações entre vizinhos no interior do povoado eram anteriormente caracterizadas pelas regras de convivência e solidariedade construídas ao longo do tempo por famílias que se conheciam mutuamente. Santos (2017) considera que, a mudança da população Canela significou a supressão de antigas relações que antes eram base para sobrevivência.

A despeito dos traços culturais dos antigos habitantes do povoado Canela entende-se que era caracterizado por traços culturais marcantes. Vale ressaltar que a cultura do povoado Canela era marcada pela religiosidade. Era tradição entre os habitantes desse lugar se reunir para comemorar, festejar os santos em que tinham devoção, ocasião em agradeciam as graças que tinham recebido ao longo da vida. Cabe acrescentar que praticamente todos os moradores do povoado Canela professavam a religião católica, dessa forma, nos festejos religiosos, a comunidade se unia, como se fosse uma grande família.

Entre os festejos religiosos, o mais marcante e tradicional é a festa do Divino, que eles costumavam comemorar no mês de julho, o que acontecia no segundo final de semana do referido mês (MENESES, 2006). Era um grande acontecimento, pois era o único momento que podiam contar com a presença de um padre para dirigir a celebração católica.

Ademais, povoado era constituído de pessoas muito simples, com aquisição financeira limitada, com princípios cristãos que, com o passar dos anos, se expressou em criatividade, convivência e organização da vila. Nesse cenário, surgiram pessoas que se transformaram em líderes dentro da comunidade, entre os quais se destacam: dona Noca, dona Maria de Lourdes, Joaquim Batista e Nascimento da Rebeca, sujeitos que carregam consigo as principais memórias e acontecimentos ocorridos no povoado, tais

como: a passagem da Coluna Prestes entre os anos de 1920 e 1930; surgimento do Estado do Tocantins em 1988; a inundação do povoado causada pela cheia do rio Tocantins no ano de 2001 e reuniões entre as lideranças do Estado para discutir e definir o local onde seria implantada Palmas, hoje, capital do Estado do Tocantins.

Assim, a partir de 2001, a realidade posta para a comunidade sofreu alterações. A fundação de Palmas e a construção da Hidroelétrica de Lageado ocasionou o reassentamento da comunidade para o espaço Urbano. É o que será tratado a seguir.

OCUPAÇÃO PERIFÉRICA: NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE EM PALMAS-TO

A ocupação periférica provocou uma expansão urbana (des) controlada em Palmas, ocasionando também a negação dos serviços urbanos, tais como: saúde, educação saneamento básico, fornecimento de água e energia elétrica aos moradores dessas periferias. Tal condição ocorre devido ao acúmulo de riquezas nas áreas nobres da cidade na produção capitalista, e o estabelecimento de uma classe de trabalhadores com menor poder aquisitivo, segregados inclusive no âmbito socioespacial. Este foi o caso da quadra 508 do Plano Diretor Norte de Palmas, para onde foi transferido os antigos moradores da Vila Canela.

Harvey (2014), argumentando sobre o direito à cidade, propõe a reivindicação desse direito de maneira radical e fundamental. Para o autor, “a urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém enquanto o controle sobre o uso desse lucro fica concentrado nas mãos de poucos” (HARVEY, 2014, p. 30). Na cidade de Palmas, esta condição se materializou logo no início de sua construção, quando a população de baixa renda foi coibida de habitar o centro da cidade. Diante disso, sem acesso às terras no centro da cidade essa população começou a ocupar as áreas externas e foi formando sua expansão.

A respeito desse processo Lira, faz as seguintes considerações: “O processo de favelização das cidades é resultado do desajuste socioeconômico das mesmas, e não há planejamento que segure tal processo, porque ele se apresenta em todos os setores da vida da cidade, aparecendo de várias formas” (LIRA, 2011, p. 2013). Em Palmas, por ser

uma cidade nova, o processo acontece de formas também novas: nas tradicionais ocupações (invasões) de áreas públicas e privadas excedentes; no descontrolado sistema de auto construção, em Palmas, no início, era comum famílias morando em pequenas casas de tijolos à vista, sem o abastecimento de água e às vezes sem energia elétrica (LIRA, 2011). O processo de favelização em Palmas acontece de maneira diferente, enquanto em outras cidades é um fato ilegal e periférico, em Palmas pode ser central e legal, isto é, com o aval e o incentivo do governo, é claro que dentro de um processo cronológico de políticas partidárias (LIRA, 2011). Coincidência ou não, a Vila Canela foi destinada, pelo governo, uma região para políticas urbanas, como zona de expansão de bairros com construção de moradias populares.

As áreas Residenciais ao Norte da cidade, em que foi abrigada a população oriunda da Vila Canela, localiza-se nas proximidades de regiões de ocupação popular conhecida como Vila União, foi objeto de ocupação irregular realizada à revelia do mercado, feita pelos movimentos sociais pela moradia popular, porém, com o decorrer do tempo essa região foi sendo parcialmente regularizada. Inicialmente existiu previsão de ocupação desta área por uma população com melhor poder aquisitivo, contudo a ação dos movimentos sociais de luta por moradia de ocuparem o lugar e a sua consequente regularização proporcionou que uma população de menor renda pudesse residir em uma região próxima ao centro da cidade (CORIOLANO, 2011, p. 66).

Para Coriolano, ao evidenciar essa distinção na ocupação do solo urbano da cidade mediante níveis de renda, fica explícita a segregação socioespacial das famílias de menor poder aquisitivo, que acabam confinadas nas áreas periféricas de Palmas. A Vila União, um bairro popular, criado e/ou incentivado a ser criado pelo governo Moisés Avelino, inaugurando em Palmas uma espécie de 'invasão estatal' na cidade e dando sequência à desvirtuação do Plano Diretor de Palma. O problema das ocupações populares (invasões) são contradições internas do Projeto de Palmas, as pessoas chegam, não têm onde morar.

Em consonância, a cidade não pode abrigar o contingente, devido ao controle do solo urbano estar entregue nas mãos da iniciativa privada, parceira do governo no famigerado mercado imobiliário de Palmas (LIRA, 2011). É importante ressaltar que o

processo de segregação social planejada, na cidade, iniciou com a transferência compulsória da população da Vila Canela em detrimento da formação do Lago da Usina Hidroelétrica do Lajeado, para a quadra 508 Norte, que mais tarde se tornaria área de expansão de bairros populares.

Todos esses aspectos podem ser interseccionados aos relatos dos moradores e ao aporte teórico aqui estabelecido, como será feito na análise aqui proposta. Na próxima seção, será tratado acerca da metodologia sob a qual, o estudo sobre o povoado canela será apresentado

Tudo tinha lá...aqui dispersou e as pessoas sofrem muito por isso. Aqui a única coisa que se vê de vez em quando aqui é a Folia do Divino, porque os meninos que eram fuliões lá moram em Luzimangues, ainda permanece com esse elo, daí quando tem folia do divino lá, eles ainda vêm visitar aqui. Às vezes tem pouso, eles giram aqui. Mas não é igual, aquela coisa como a gente vivia lá, que a gente via girar tudo e chegar, aquela dança da roda de São Gonçalo, essas coisas já acabou tudo... (Moradora do antigo Canela).

MÉTODO E MATERIAIS

Este estudo foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, descritiva, qualitativa (trabalhos de campo). Por pesquisa bibliográfica entende-se a leitura, a análise e a interpretação de material impresso (GIL, 2019). Diz-se também descritiva, pois foi realizada uma revisão bibliográfica para uma melhor compreensão do ponto de vista dos autores sobre o assunto em pauta. Qualitativa, porque não fez uso de métodos estatísticos, envolvendo conhecimento bibliográfico através de mídias digitais. Os trabalhos de campo foram muito importantes pois nos deixou próximo das realidades vividas pela comunidade.

A partir dos aportes teóricos e históricos estabelecidos nos itens anteriores, observa-se que os sujeitos da pesquisa foram constituindo sua identidade a partir dos conceitos de território, territorialização e desterritorialização. De acordo com Schulz (2016) estes poderiam ser caracterizados como pessoas muito simples, com grau de escolaridade baixo e alguns até analfabetos. Por ser uma comunidade ribeirinha, não possuíam uma formação profissional, ou seja, uma qualificação profissional que permitisse disputar uma vaga no mercado de trabalho, já que sempre tiveram suas atividades ligadas ao rio e a terra.

Sobre esses sujeitos, é de suma importância o reconhecimento que, na medida em que vão interagindo e incorporando elementos da nova cultura de Palmas, tentam manter as suas antigas tradições. Assim, podem ser definidos sujeitos que passaram por um longo processo de inclusão – caracterizada pela interatividade entre pessoas de diferentes comunidades, discursos, culturas e fronteiras sociais e econômicas. Na próxima seção, essas questões serão aprofundadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A vida simples dos moradores do antigo povoado Canela foi modificada pela influência imposta pela mudança para o espaço urbano de Palmas. Percebe-se que, através dos inúmeros registros de falas de seus antigos moradores, principalmente os mais velhos, que esse processo foi vivenciado sem nenhuma preparação.

Sem falar do sentimento, daí dispersa tudo, parece que as pessoas ficam mais distante um do outro, daí aquele tanto que tinha lá, não tivemos a graça de juntar todo mundo, e não tinha condição mesmo de morar aqui, uns foram para o Santa Bárbara, construíram outro assentamentozinho ali do lado de Taquaralto. Teve o reassentamento do Prata que é no caminho de Porto Nacional, tem o reassentamento São Francisco, tem o Luzimangues, tem o outro reassentamento do Santa Luzia tudo foi em função da desapropriação. (Moradora do antigo Canela).

As dificuldades oriundas da transposição para Palmas são acentuadas pela ausência de preparo e pelo fato de que a população de Canela era caracterizada como extremamente simplória. Todos se conheciam, e a interação entre eles era estreita, como se fossem uma grande família. Como as casas não tinham muros entre si, a convivência era intensa, e partilhavam tudo: café da manhã, rodas de conversa no final da tarde, de modo que o compartilhamento estava presente em todos os aspectos da vida dessa população.

A desterritorialização dos moradores da vila Canela das margens do rio Tocantins e sua reterritorialização no plano diretor de Palmas são elementos marcantes advindos da mudança compulsória dos moradores da vila Canela do seu lugar originário para um outro lugar “desconhecido”. A desterritorialização pode ser seguida pela reterritorialização, a formação de novas combinações dos elementos que compõem o

território original. As direções em que esses movimentos tendem a ser linhas de fuga levando a produções desejantes (GARLET; ASSIS, 2009).

As noções de território e territorialização estão atrelados aos de desterritorialização e reterritorialização. Considerando que, no entendimento de Haesbaert (2011),

“[...] o território é um ato, uma ação, uma relação, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle todo território pode se transformar-se em um novo, desterritorializando-se, abrindo-se para outras possibilidades, reterritorializando-se a partir de novas formações, elementos e combinações de um povo. Esses são processos importantes para a compreensão da mudança social (HAESBAERT, 2011).

Foi precisamente o que ocorreu com as famílias de Canela. Verifica-se, nessa perspectiva, também outro fator de grande relevância: o distanciamento entre esses sujeitos que, uma vez reassentados no espaço urbano de Palmas-TO, foram distribuídas em lotes murados e fechados acabando com o convívio diário entre as famílias. Para esses habitantes foi e ainda é sofrido – principalmente para os membros mais idosos da comunidade – entender as novas formas de sociabilidade que a vida urbana trouxe para eles, tais como: televisão, computador, celular, isolamento (cada um na sua casa), trajetos e percursos da cidade, meios de transportes que os confundem e expressam as diferenças sociais e as contradições entre a ruralidade de ontem e a urbanidade de hoje. Ainda é, para a comunidade Canela, difícil de se ajustar a essa nova realidade, as novas formas de convivência. Para muitos é uma luta e aceitação diária.

Fica evidente a dificuldade encontrada pelos moradores do antigo Canela em socializar-se e inteirar-se nesse contexto urbano complexo. Apesar de algumas declarações que falam não haver problemas no convívio social na quadra, percebe-se o isolamento dos moradores. Assim podemos dizer que houve um esvaziamento do cotidiano destas pessoas, o que influencia diretamente na sua qualidade de vida (SCHULZ, 2016, p. 95).

A rua não foi e nem é mais a mesma em todos os lugares, diferencia-se nos usos que teve e que tem em cada lugar e em cada cidade (BRITO, 2009). Na concepção de Lefebvre (2001) as transformações ocorridas em consequência da mudança do rural para o urbano certamente transformam o cotidiano das pessoas envolvidas no processo, porém, cabe aos sujeitos envolvidos considerá-las como ponto de partida para possíveis transformações sociais (LEFEBVRE, 2001). É o que se percebe em relação aos membros

mais jovens da comunidade que, cada vez mais envolvidos com as inovações trazidas pela urbanidade, incluem-se socialmente com pessoas que não pertencem a comunidade Canela.

A interação com a população urbana de Palmas-TO é uma relação de ganhos e perdas de suas tradições, seus costumes, da união entre as famílias, e até de sua religiosidade. A necessidade por parte dos governantes de implantar novos projetos em nome do progresso é a causa da retirada de muitas populações de suas terras, obrigando-os a migrarem para o espaço urbano das grandes cidades. Transformando essa população em reassentados, desempregados, ociosos, desqualificados profissionalmente para concorrer uma vaga no mercado de trabalho, hoje tão competitivo. Assim, nesse cenário, totalmente despreparados para uma vida urbana, a Comunidade Canela entrou em contato com os costumes e exigências da cidade grande. Atualmente, buscam incansavelmente empregos, pois precisam comprar todos os itens necessários para sua sobrevivência, já que não mais possuem terras para cultivar nem o rio para pescar.

O cotidiano exerce na vida do indivíduo a qualidade de dar forma, direção e rumo para essa vivência diária. Permite ao sujeito que neste caminho, exponha o seu estilo de vida, o ser, que ao mesmo tempo é compartilhado e reconhecido pelo outro, constituindo-se a história social. As atividades assumem diferentes papéis, dependendo do contexto em que são realizadas, em especial, as expressões da cultura social. E é neste aspecto que surge a grande dificuldade que uma comunidade ribeirinha encontra de vivenciar o seu cotidiano num ambiente estranho e muitas vezes até hostil (SCHULZ, 2016, p.126).

Na concepção de Schulz (2016), o processo de adaptação do povoado Canela até hoje se encontra ainda inacabado. Porém, cabe ressaltar que apesar de todas as perdas, a comunidade Canela não perdeu o entusiasmo em preservar a sua memória religiosa, suas tradições, sua história de vida, muito embora este seja um esforço evidente por parte dos membros mais velhos da comunidade. Entretanto, os mais novos parecem não comungar desse esforço em prol da preservação e manutenção da cultura, costumes e tradições de seu povo. Atualmente estão mobilizados em construir e se inserir um novo cotidiano urbano para a comunidade Canela. Pelo exposto, os

resultados da pesquisa mostram o entrelaçamento entre a tristeza e a saudade do lugar perdido e o reconhecimento pelas novas oportunidades que a vida na capital trouxe.

Olha foi assim tudo muito... muito assustador né? Porque na verdade quando foi criado Palmas... Assim, a expectativa da gente era toda vida permanecer lá na Canela. Até mesmo por ser um bairro de Palmas que antes era distrito de Porto Nacional por quase 90 anos, depois com a emancipação política de Taquaruçu, lá passou a ser um bairro de Palmas. E a gente por ser um bairro muito assim gostoso pra se morar, a gente assim pensava o tempo todo que fosse ficar lá né? Eu pelo menos que praticamente vivi maior parte da minha vida lá...era um bairro assim, de muita paz, muito arborizado, sadio, muito bom pra gente criar menino e assim era um local onde a gente se sentia família né? Eu sempre falo que a dor de um lá era de todos. Porque quando tinha um problema de saúde numa família todo mundo se voltava em torno daquela família pra fazer a campanha pra ajudar. Pra dar uma força até mesmo com com palavras, né? Apoio da visita, a gente nunca deixava aquela pessoa sozinha (Moradora do antigo Canela).

No meio desse emaranhado de sentimentos contraditórios, ainda pautados na simplicidade, solidariedade e companheirismo, o povo Canela segue na contramão, com apenas uma certeza que o povoado Canela fundado as margens do Rio Tocantins não mais existe, mas continua e continuará residindo na memória, na cultura, na tradição e religiosidade dos remanescentes da comunidade que foram reassentados no espaço urbano de Palmas-TO.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da aplicação dos conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização nos relatos coletados pelos habitantes do povoado de Canela, verificou-se a atual conjuntura dos antigos moradores após o deslocamento e reassentamento no espaço urbano de Palmas. Procurou-se fazer uma análise dos impactos socioterritoriais e culturais causados aos moradores do povoado, que tiveram seu cotidiano significativamente alterado a partir da formação do Lago da Usina Hidroelétrica de Lajeado, uma vez que este empreendimento inundou por completamente suas terras obrigando-os a recomeçar a vida no espaço urbano de Palmas.

Em 2001, com a implantação da Hidrelétrica, as famílias habitantes do povoado Canela foram obrigadas a deixar suas casa e roças, das quais tiravam o seu sustento. A

diáspora também retirou, dessas famílias, a convivência com o rio, que durante todo o tempo que residiram no povoado foi o principal provedor de sua sobrevivência. Por fim, analisando vários registros de depoimentos colhidos por autores que se empreenderam no estudo do tema, observa-se que o deslocamento compulsório para essa comunidade não trouxe a vida melhor prometida pelo poder público. O sonho de mais oportunidades logo foi visto pela comunidade de reassentados como uma grande ilusão. As famílias impactadas por esse empreendimento viveram e vivem ainda hoje transtornos profundos, pois perderam tudo que construíram durante a vida inteira. Mesmo já se passando 21 anos do deslocamento, o grande desafio para essa comunidade – antes dita ribeirinha, que vivia harmoniosamente com a natureza, e comunitariamente como uma grande família – ainda é reinventar um novo cotidiano no espaço urbano de Palmas.

REFERÊNCIAS

BRITO, Eliseu Pereira de. **O Papel de Palmas/TO na rede de integração regional**. 2009. 255 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2009. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-geografia/dissertações/dissertação-eliseu-pereira-de-brito.pdf>. Acesso: 10/08/2022.

BRITO, Eliseu Pereira de. **Itinerários de uma identidade territorial na invenção do ser tocantinense**. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

GARLET, Ivori; ASSIS, Valéria de. Desterritorialização e reterritorialização: a compreensão do território e da mobilidade Mbyá-guarani através das fontes históricas. **Fronteiras**, v. 11, n. 19, p.15-46, 2009. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/447>. Acesso em: 25 mar. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2019.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **GEOgrafia**. v. 4, n. 7, p.7-22, 2002. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13419>. Acesso em: 25 mar. 2023.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinos da; PIRES, Cláudia Luisa Zeferino; UEDA, Vanilda. (Orgs.). **A emergência da multiterritorialidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. p. 19-36.

HAESBAERT, Rogerio. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Elizeu Savério (Orgs.). **Território e territorialidades: teoria, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

HAESBAERT, Rogerio. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Elizabeth Maria Freire de Araújo; YASUI, Sílvio. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. **Saúde em Debate**. v. 38, p. 593-606, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/QbbzS8wB6xFWrmKHPKCNRMb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2023.

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas-Tocantins: a geopolítica de (re)ocupação territorial na Amazônia Legal**. Goiânia: Kelps, 2011

LIRA, Elizeu Ribeiro. A produção do espaço urbano: comprometer para desenvolver. **Produção Acadêmica**, Porto Nacional, v. 1, n. 1, p. 65-75, 2003.

MARCILIO JUNIOR, Ricardo Tadeu. **Palmas para além do Plano Diretor: diálogos entre o Planejamento urbano e a produção do espaço urbano**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2016.

MARICATO, Ermínia (Org.) **A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil Industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savérico (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: UNESP, 2009.

MENESES, Verônica Dantas. Memória e comunicação na preservação cultural do Distrito Canela-Palmas/TO. **Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Brasília: UnB, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1591-1.pdf>. Acesso: 10 ago. 2022.

PARRIÃO, Dimas Marques Silva. **Impactos sociais: construção da usina hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães**. Monografia (Bacharelado em Administração) – Universidade de PINTO, Lúcio Milhomem Cavalcante. **Luzimangues: Processos Sociais e Política Urbana na Gênese de uma "Nova Cidade"**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Arlete Moises. **A moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1990.

RODRIGUES, Arlete Moises. Os geógrafos na luta pela cidade como direito. **Boletim Campineiro de Geografia**, v.3, nº 1, São Paulo, 2013.

SANTOS, Antônio Miranda. Povoado Canela em Palmas – TO: lugar de reassentamento. **Revista Interface**, Porto Nacional, n. 14, p. 90-98, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/4772/12140>. Acesso em: 25 mar. 2023.

SANTOS, José Vanildo dos. **Memória e identidade**. Curitiba: Appris, 2015.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1998.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marco Aurélio. Proposições para estudos territoriais. **GEOgraphia**, v. 8, n. 15, p.71-85, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13511>. Acesso em: 25 mar. 2023.

SCHULZ, Ari Armando. **Cotidiano e modo de vida dos reassentados do Canela, em Palmas-TO, 15 anos após o deslocamento compulsório**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/3660>. Acesso em? 25 mar. 2023.

TEIXEIRA, Tiago Roberto Alves; ANDRADE, Áurea. O Conceito de território como categoria de análise. In: Encontro Nacional dos Geógrafos, XVI, 2010, Porto Alegre. **Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, Porto Alegre**. 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/41874010-O-conceito-de-territorio-como-categoria-de-analise.html>. Acesso em: 25 mar. 2023.

Pracidina Chaves Moura - Possui graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (2009) e graduação em Geografia(Licenciatura Plena) pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS (1997). Atualmente é professor nível III - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PALMAS. É especialista em GESTÃO EDUCACIONAL E METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS- HISTÓRIA. Possui experiência aplicada na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana. Possui experiência na área de educação, em escola como professora regente, secretária escolar, diretora escolar, orientadora e supervisora educacional, Como orientadora educacional foi colaboradora para o crescimento do índice do IDEB na escola que atuou, responsável pela elaboração e implementação da proposta pedagógica

escolar , no período que atuou como orientadora educacional. Atualmente atua como técnica na Diretoria de Avaliação, Estatística e Formação. Possui especialização em Ciências Humanas. Especialização em neuropedagogia e psicanálise em educação. Formação em psicanálise clínica.

Elizeu Ribeiro Lira - Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. P. P. SP. (2004). Pós Doutor em Desenvolvimento Territorial pelo IPPUR/UFRJ.(2016) Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. P. P. SP (1995). Especialista em Educação Brasileira/ Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal de Goiás UFG (1992) Graduado em Geografia pelo Centro Universitário de Brasília (1987). Coordenador do Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Tocantins Campus de Porto Nacional.(2011 a 2014) Coordenador do Grupo de Pesquisa NURBA/UFT/CNPq (Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários). Diretor e membro do conselho editorial da Revista Produção Acadêmica impresso (ISSN-1809-2756 e Revista Produção Acadêmica II (on-line, 2448-2757); Revista do Laboratório de Geografia Agrária da USP (ISSN - 1808-1150); Campo Território (1809-6271); Tocantinense de Geografia (2317-9430); Atualmente é Professor Associado III no Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins Campus de Porto Nacional -TO, Professor Permanente do Mestrado em Geografia na UFT campus de Porto Nacional -TO. Músico popular e crítico literário Possui experiência na área de Geografia humana, com ênfase em Geografia Agrária ,Urbana , Regional e do Território, atuando principalmente nos seguintes temas: a questão agrária, ensino de geografia, movimentos sociais no campo e na cidade, território e territórios indígenas, cidade, produção do espaço urbano,e comunidades tradicionais

Recebido para publicação em 11 de maio de 2023.

Aceito para publicação em 22 de agosto de 2023.

Publicado em 22 de dezembro de 2023.